



**Simulado de Reta Final - II**

**OAB**



## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-08-05>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

Priscila Ferreira

**Questão 1**

Dra. Conka realizou uma consulta ao Tribunal de Ética e Disciplina para fins de obter um parecer sobre a publicidade da sua advocacia nas mídias sociais. Nesta situação, designou-se relator e, em face da complexidade da questão, o Presidente designou também um revisor.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O relator e o revisor têm prazo de 10 (dez) dias cada um para elaboração de seus pareceres, apresentando-os na primeira sessão seguinte, para deliberação.
- b) O relator e o revisor têm prazo de 05 (cinco) dias cada um para elaboração de seus pareceres, apresentando-os em sessão específica.
- c) O relator e o revisor devem proferir pareceres em prazo a ser estipulado em sessão específica.
- d) Apenas o relator proferirá o parecer, e em prazo a ser estipulado em sessão específica.

**Questão 2**

Dr. Arthur de Conduru, advogado, encontra-se em processo de divórcio com Karlinha Diaz, sua ex-mulher. Contudo, cansado das discussões com Karlinha que almeja tão somente os seus bens, Arthur decide matá-la em uma determinada noite do mês de maio, o que apenas não se consumou pelo seu melhor amigo, Gil do Vigor, tê-lo impedido.

Diante de tais fatos, assinale a alternativa correta, considerando que se instaurou um Processo Disciplinar, sob a alegação de inidoneidade moral perante o Conselho Seccional competente.

- a) Arthur de Conduru sofrerá penalidade de exclusão, desde que se obtenha o quórum de maioria absoluta dos membros do Tribunal de Ética e Disciplina, em razão de crime infame.
- b) Arthur de Conduru sofrerá penalidade de exclusão, desde que se obtenha o quórum mínimo de 2/3 de todos os membros do conselho competente, em razão da declaração de inidoneidade.
- c) Arthur de Conduru sofrerá penalidade de suspensão, desde que se obtenha o quorum de maioria absoluta dos membros do Tribunal, por ser declarado inidôneo.
- d) Arthur de Conduru sofrerá penalidade de exclusão, desde que se obtenha o quorum mínimo de 2/3 dos membros presentes do conselho competente, em razão de crime infame.

**Questão 3**

A Advogada Juliette BBB pactuou um contrato de prestação de serviços de advocacia com seu novo cliente trabalhista, Gil do Vigor. No contrato pactuou-se o valor de R\$20.000,00 que se refeririam até a instância ordinária recursal, de forma que nada se mencionou quanto à contratação de serviços auxiliares.

Contudo, em razão da complexidade de alguns cálculos trabalhistas, a advogada comunicou ao seu cliente acerca da necessidade de contratação de um perito contábil. Diante exposto, e da ausência de estipulação contratual para contratação de profissionais auxiliares, assinale a alternativa correta.

- a) As despesas correrão por conta do cliente, diante da omissão contratual.
- b) As despesas correrão por conta do advogado, diante da omissão contratual.
- c) As despesas ficam a cargo do juízo.
- d) As despesas ficam a cargo do réu, se sucumbente na demanda.

**Questão 4**

Julião e Pedrão respondem por infração ético-disciplinar perante a OAB, de forma que o relator do processo disciplinar determinou a notificação dos interessados para prestarem esclarecimentos ou apresentarem defesa prévia no prazo de

- a) 15 (quinze) dias, em qualquer caso.
- b) 10 (dez) para esclarecimentos, ou 15 (quinze) dias para defesa prévia.
- c) 05 (dez) para esclarecimentos, ou 15 (quinze) dias para defesa prévia.
- d) 05 (cinco) dias, em qualquer caso.

**Questão 5**

O Conselho Federal concedeu Medalha Rui Barbosa à grande personalidade da advocacia brasileira, Dr. Vand. Sabendo que o Conselho Federal pretende ainda neste mandato conceder tal comenda máxima também a Dra. Prizoca, assinale a alternativa correta.

- a) A Medalha só pode ser concedida uma vez, no prazo do mandato do Conselho, e será entregue ao homenageado em sessão solene.
- b) A Medalha pode ser concedida por até duas vezes, no curso do mandato do Conselho, e será entregue ao homenageado em sessão solene.
- c) A Medalha pode ser concedida por até três vezes, no curso do mandato do Conselho, e será entregue ao homenageado em sessão do Conselho Pleno.
- d) A Medalha só pode ser concedida uma vez, no prazo do mandato do Conselho, e o agraciado terá direito a voz e voto na sessão do Conselho Pleno.

**Questão 6**

A advogada Penélope, recém aprovada no exame de ordem, irá iniciar no mundo jurídico por meio da representação de sua prima em sede de Reclamação Trabalhista proposta por sua ex-empregada doméstica, Domenica.

Então, a advogada consulta o Tribunal de Ética e Disciplina para averiguar a melhor forma de cobrar a sua nova cliente.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada poderá emitir duplicata como forma de cobrança dos honorários, sendo vedado o seu protesto.
- b) A advogada poderá receber os honorários por meio de cheque, sendo autorizado o seu protesto, quando frustrada a tentativa de recebimento amigável.
- c) A advogada não poderá receber os honorários por sistema de cartão de crédito.
- d) A advogada não poderá emitir fatura, ainda que autorizado pelo cliente.

**Questão 7**

O advogado Zé do Caixão foi surpreendido e preso em flagrante pelas autoridades policiais, enquanto tentava ingressar em determinada penitenciária com drogas ilícitas para o seu cliente, Boninho. Nesta situação, a autoridade competente apenas notificou à OAB sobre os fatos e seguiu com a prisão.

Assim, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial praticou crime punido com detenção de 6 meses a 1 ano e penalidade de multa ao violar a prerrogativa do advogado em ter a sua prisão desacompanhada de representante da OAB, quando no exercício da profissão.
- b) A autoridade policial não praticou qualquer crime, mas somente violou prerrogativa profissional do advogado.
- c) A autoridade policial não praticou qualquer ilícito penal, já que notificou à OAB.
- d) A autoridade policial praticou crime punido com detenção de 3 meses a 1 ano e penalidade de multa ao violar o direito do advogado em ter a sua prisão acompanhada por um membro da OAB.

**Questão 8**

Questão 08 - Ferdinando recebeu o seu cartão de identidade como estagiário e questionou no Conselho Seccional o seu prazo de validade para fins de sua atuação. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) O cartão de identidade do estagiário perde a validade, apenas três meses após a prestação do compromisso como advogado.
- b) O cartão de identidade do estagiário tem prazo de validade e não pode ultrapassar três anos, e tampouco ser prorrogado.
- c) O cartão de identidade do estagiário tem prazo de validade de dois anos, sendo admitida uma única prorrogação.
- d) O cartão de identidade do estagiário perde sua validade após seis meses da prestação do compromisso como advogado.

---

**FILOSOFIA DO DIREITO**

---

Jean Vilbert

**Questão 9**

Quanto à hermenêutica é CORRETO afirmar:

- a) Interpretação e integração são sinônimos.
- b) O direito opera por meio da linguagem, isto é, com signos exatos.
- c) Hermenêutica é teoria e interpretação é prática.
- d) A interpretação somente opera no caso de normas dúbias.

**Questão 10**

Quanto à “formação” da sociedade é CORRETO afirmar:

- a) Para John Locke o “homem é o lobo do homem” .
- b) Para Jean-Jacques Rousseau a propriedade é um dos direitos naturais mais importantes.
- c) Na visão de Thomas Hobbes, é inviável imaginar que os homens, ao instituir a sociedade, iriam conceder ao legislador um poder arbitrário sobre suas ações, vidas, liberdade e posses.
- d) John Locke plantou as sementes da ideia de tripartição das funções estatais.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Diego Cerqueira

**Questão 11**

Um Deputado Federal apresentou um projeto de lei sobre a organização da Defensoria Pública da União. Após a devida tramitação perante as Comissões da respectiva Casa e sua aprovação, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal, que confirmou a sua aprovação. O projeto de lei foi encaminhado ao Presidente da República que o sancionou imediatamente e, posteriormente, publicou-o no Diário Oficial. Nesse caso, a partir da previsão constitucional sobre o processo legislativo, é correto afirmar que a lei é

- a) constitucional, pois, ainda que tenha ocorrido um vício de iniciativa por se tratar de competência exclusiva do Presidente da República, a sanção posterior tem o condão de convalidar o vício indicado.
- b) constitucional, uma vez que a matéria aprovada é de iniciativa parlamentar concorrente entre o Presidente da República e membros do Congresso Nacional.
- c) inconstitucional sob o prisma formal, por vício de iniciativa, uma vez que a competência para iniciativa de projetos de lei tratando sobre o tema apresentado é privativa do Presidente da República, de modo que a sanção posterior não convalida o vício indicado.
- d) inconstitucional sob o prisma formal, por vício de iniciativa, pois a competência para iniciativa sobre essa matéria é reservada a pelo menos 1/3 de deputados ou 1/3 de senadores, os quais não podem propô-la individualmente.

**Questão 12**

Suponha que o Estado da Paraíba tenha, mediante a Lei Estadual 567, aprovado o reajuste da cobrança de determinado tributo, de sua competência. A cidadã Marina entende que a mencionada lei viola a Constituição Federal. Assim, ajuíza uma ação com pedido de devolução de todos os valores pagos pelo tributo, defendendo como causa de pedir a inconstitucionalidade da lei. Ao analisar o pedido inicial, o Juiz de primeiro grau entendeu que a Lei Estadual 567 respeitou os ditames estabelecidos pela Constituição Estadual e julgou improcedentes os pedidos iniciais. Muito inconformada com tal decisão, Marina interpõe recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado, pedindo a revisão do julgado. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta com base no sistema jurídico-constitucional vigente:

- a) Se entender pela inconstitucionalidade da lei estadual discutida, o órgão fracionário do Tribunal deverá encaminhar o caso para análise pelo órgão pleno ou especial, salvo se já houver pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema.
- b) Ainda que entenda que a norma discutida é constitucional, o órgão fracionário do Tribunal deve obedecer a cláusula da reserva de plenário e encaminhar a análise dos autos ao órgão pleno ou especial da Corte, sob pena de contrariedade à lei federal.

c) Caso entenda que a norma impugnada é realmente inconstitucional, o órgão fracionário deverá remeter os autos ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, mesmo que esse já tenha se manifestado sobre a matéria, já que sua análise não pode ser dispensada nesses casos.

d) O órgão fracionário poderá, ele próprio, declarar a inconstitucionalidade da norma, desde que assim já tenham decidido o órgão especial, o Plenário do Tribunal ou o Plenário do STF.

### Questão 13

Um parlamentar impetrou mandado de segurança perante o STF com o objetivo de impugnar projeto de lei eivado de inconstitucionalidade por ofensa ao devido processo legislativo. Ocorre que, posteriormente, perdeu o mandato parlamentar. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que:

a) outro parlamentar deve assumir a titularidade do mandado de segurança.

b) o Defensor Público deve assumir a titularidade do mandado de segurança.

c) a ação deve ser declarada extinta.

d) deve ser dada a oportunidade aos demais legitimados constitucionais a assumir o polo ativo da ação mandamental.

### Questão 14

Cinco indivíduos foram denunciados perante órgãos da Administração Pública. Por conta das denúncias, eles podem até vir a ser processados criminalmente. Os cinco indivíduos desejam conhecer a identidade do seu denunciante, mas isso lhes é negado pelos mesmos órgãos da Administração Pública. Assinale a ação constitucional de que podem se valer para exigir a revelação da identidade do denunciante.

a) Mandado de Injunção

b) Habeas Corpus

c) Mandado de Segurança

d) Habeas Data



**Questão 15**

O Município Y editou lei municipal que disciplinou o horário de funcionamento de supermercados e farmácias. O sindicato dos empregados do comércio da região entende que tal determinação é inconstitucional e pretende impugnar judicialmente a referida norma. O argumento seria de que o Município não teria competência para legislar sobre a matéria, mesmo na ausência de lei federal e estadual sobre o tema. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) a pretensão do sindicato não encontra fundamento constitucional, uma vez que, apesar da matéria se inserir na competência residual dos Estados, cabe aos Municípios suprir a ausência de lei estadual para atender as suas peculiaridades locais.
- b) a pretensão do sindicato encontra fundamento constitucional, uma vez que a matéria insere-se na competência residual dos Estados para legislar sobre as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
- c) a pretensão do sindicato não encontra fundamento constitucional, uma vez que cabe aos Municípios fixar o horário de funcionamento desses estabelecimentos, inserindo-se a matéria na sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local.
- d) a pretensão do sindicato encontra fundamento constitucional, uma vez que a ausência de norma federal disciplinando a matéria não poderia ser suprida por lei estadual, nem por lei municipal.

**Questão 16**

O sindicato de determinada categoria de empregados, pretende impetrar mandado de segurança em favor dos direitos de parte de seus associados.

No estatuto da entidade, consta a previsão de que cabe ao sindicato atuar em juízo para a defesa dos interesses de seus associados e, por esse motivo, o sindicato não pretende obter autorização específica deles para o ajuizamento da ação.

Com base no sistema jurídico-constitucional vigente, é correto afirmar que:

- a) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que será necessária a autorização específica e expressa dos associados, embora o mandado de segurança pudesse ser impetrado em defesa de apenas uma parte deles.
- b) poderá impetrar mandado de segurança, ainda que para a defesa dos direitos de parte dos associados e mesmo sem deles obter autorização específica.
- c) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que apenas partido político com representação no Congresso Nacional e entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano têm legitimidade para propor mandado de segurança coletivo.
- d) não poderá impetrar mandado de segurança, uma vez que não pode defender apenas uma parte dos associados, ainda que seja desnecessária a autorização específica deles para que a ação seja proposta.

**Questão 17**

A União decidiu implementar um amplo programa de construções de habitação popular em áreas de preservação ambiental. Ocorre que determinada parcela da população mostrou-se inconformada com essa diretriz política, vislumbrando potencial lesividade ao meio ambiente. Considerando os meios de controle jurisdicional dos atos administrativos e seus limites, afigura-se juridicamente viável:

- a) a impetração de mandado de segurança coletivo, contra ato da autoridade federal passível de configurar abuso de poder, com competência exclusiva de partido político, em face de matéria discutida que envolve programa de governo.
- b) pedido de anulação, por um único cidadão no uso de seus direitos políticos, mediante Ação Popular, em relação a atos concretos praticados pela União para implementação do programa, quando identificada ilegalidade e lesividade do ato.
- c) pedido de suspensão do programa, em sede de Mandado de Injunção, quando vislumbrada ausência de autorização legal específica para sua implementação.
- d) a discussão do mérito do programa por qualquer cidadão, em Mandado de Segurança, quando configurada lesão ou ameaça de lesão a interesses difusos ou coletivos.

---

**DIREITOS HUMANOS**

---

Ricardo Torques

**Questão 18**

A discriminação de gênero (sexismo) é o preconceito e distinção praticados em razão do gênero ou sexo de uma pessoa. Comumente, as mulheres são as mais atingidas e tal situação manifesta-se nas mais diversas searas: do feminicídio às diferenças salariais. De acordo com pesquisas do IBGE, em 2017, as mulheres brasileiras ganhavam, em média, 24% (vinte e quatro por cento) menos que os homens, além de serem mais afetadas pelo desemprego. Considerando as disposições da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), pode-se afirmar corretamente:

- a) As ações afirmativas são medidas especiais de caráter temporário ou definitivo destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher.
- b) A adoção de medidas especiais destinadas a proteger a maternidade são consideradas discriminatórias pois não encontram equivalente destinado aos homens.
- c) Os Estados devem buscar modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres visando eliminar preconceitos e práticas costumeiras que estejam baseados na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos.
- d) As mulheres fazem jus, em condições de igualdade com os homens, ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano, devendo ser garantidas as mesmas oportunidades de emprego, sendo permitida a aplicação de critérios diferenciados de seleção em questões de emprego.

**Questão 19**

Eduarda foi matricular o filho Mateus em uma escola, mas foi informada que seria cobrada uma taxa extra na mensalidade do aluno pois, por ser autista, precisaria de um acompanhamento diferenciado por parte da escola e tal medida seria dispendiosa. Eduarda achou a cobrança estranha, mas aceitou a explicação apresentada.

Pedro, pai de Liz, também matriculou a filha na escola e ficou bastante feliz ao saber que a instituição conta com uma tradutora e intérprete de Libras, que facilitará bastante o aprendizado de sua filha.

Considerando as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e as situações hipotéticas narradas, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se a cobrança de valores adicionais no caso de Mateus e no caso de Liz.
- b) Apenas as instituições públicas são obrigadas a oferecer profissionais de apoio escolar, sendo tal medida facultativa às escolas particulares.
- c) Não é necessário que haja oferta de ensino de Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva na escola que acolherá Mateus e Liz.
- d) A escola deverá oferecer profissionais de apoio escolar, assim como tradutores e intérprete da Libras, sem a cobrança de valores adicionais.

**Questão 20**

Sobre os tratados internacionais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Todo Estado tem capacidade para concluir tratados.
- b) A capacidade de uma organização internacional para concluir tratados é regida pelas regras da organização.
- c) Toda organização não governamental tem capacidade para concluir tratados.
- d) A adoção do texto de um tratado efetua-se pelo consentimento de todos os Estados e organizações internacionais ou, se for o caso, de todas as organizações que participam na sua elaboração.

**Questão 21**

Fabiane, uma excepcional advogada baiana, residente e domiciliada em Londres, tem uma valiosa coleção de cédulas do mundo todo, inclusive cédulas raras e comemorativas brasileiras. Fabiane conhece Sheridan, um animado irlandês, e decide vender a sua coleção por meio de um contrato de compra e venda “online”, com a entrega a ser feita em mãos no aeroporto de Guarulhos-SP, onde ambos desembarcarão de férias.

Para qualificar e reger tal obrigação, assinale a afirmativa correta de acordo com os elementos de conexão brasileiros:

- a) Silente o contrato, a obrigação resultante é regida pela lei inglesa.
- b) Silente o contrato, a obrigação resultante é regida pela lei francesa.
- c) Silente o contrato, a obrigação resultante é regida pela lei brasileira.
- d) O contrato não pode ser silente sobre a lei a ser aplicada, já que foi feito via internet.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

---

Rodrigo Martins

**Questão 22**

Gabriel é proprietário de um imóvel localizado na zona de expansão urbana do Município Alfa. Esse imóvel, localizado em loteamento aprovado pelos órgãos competentes, é utilizado exclusivamente como residência da sua família. A região onde está situado o imóvel ainda não é dotada de qualquer um dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público: meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação pública e nem escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel. Com base na hipótese apresentada, é correto afirmar, sobre a incidência de imposto sobre a propriedade imobiliária, que:

- a) Deve haver a incidência do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, apesar da inexistência daqueles melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- b) Deve haver a incidência do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, diante da inexistência daqueles melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- c) Não deve haver a incidência do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e nem do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, já que o imóvel está localizado na zona de expansão urbana do Município.
- d) Não deve haver a incidência do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e nem do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, pois o imóvel não é dotado daqueles melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.

**Questão 23**

O Estado Beta aprovou lei ordinária concedendo isenção de IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores aos proprietários de automóveis utilizados como Táxi, ou seja, sobre automóveis destinados ao transporte de passageiros e providos de um taxímetro. Ricardo, motorista de aplicativo e que não desenvolve a atividade de taxista, cujo veículo automotor não, portanto, provido de um taxímetro, entende que também pode ser beneficiado por essa isenção tributária. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) Somente lei complementar de caráter nacional pode conceder isenção de IPVA.
- b) Ricardo tem direito ao benefício fiscal, pois a lei que concede isenção pode ser interpretada extensivamente.
- c) Ricardo tem direito ao benefício fiscal, por imposição do Princípio da Isonomia Tributária.
- d) Ricardo não tem direito ao benefício fiscal, pois a lei que concede isenção deve ser interpretada literalmente.

**Questão 24**

O Estado Alfa ajuizou Ação de Execução Fiscal em face da pessoa jurídica Beta Ltda. para cobrar débitos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Ao realizar tentativa de citação o Oficial de Justiça constatou que a Executada encerrou suas atividades no endereço onde estava regularmente estabelecida e que não comunicou tal fato aos órgãos competentes, lavrando o ocorrido no respectivo termo. O Estado requereu, então, a inclusão de Paulo, sócio-administrador da Executada, e de Ricardo, mero sócio-quotista e que não tem poderes de administração, no polo passivo da Ação de Execução Fiscal. De acordo com as disposições do CTN - Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- a) O juiz deve deferir o pedido em razão do simples inadimplemento do tributo pela pessoa jurídica, que já é causa suficiente à inclusão de Paulo e de Ricardo no passivo da execução fiscal.
- b) O fato de Paulo e de Ricardo serem sócios da pessoa jurídica já é causa suficiente e bastante para a inclusão no polo passivo da execução fiscal, independentemente do que foi constatado pelo Oficial de Justiça.
- c) O juiz deve deferir integralmente o pedido, pois o quanto constatado pelo Oficial de Justiça autoriza a inclusão de Paulo e de Ricardo no polo passivo da Execução Fiscal.
- d) O juiz deve deferir parcialmente o pedido, pois o quanto constatado pelo Oficial de Justiça autoriza a inclusão somente de Paulo no polo passivo da Execução Fiscal.

**Questão 25**

O Município Alfa concedeu remissão de débitos de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana nas seguintes situações: i) em relação a todos os débitos que totalizavam até R\$ 50,00 por contribuinte até o último dia do exercício anterior; e ii) para todos os proprietários de imóveis que tiveram suas casas invadidas pela água nas enchentes ocorridas em diversos bairros no início deste ano. Com base na hipótese, assinale a afirmativa correta sobre a remissão no Direito Tributário:

- a) Pode ser concedida em razão da diminuta importância do crédito tributário.
- b) Não pode ser concedida em razão de condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.
- c) Impede a constituição do crédito tributário.
- d) Não precisa ser autorizada por lei, podendo ser concedida por ato administrativo quando a autoridade fiscal entender oportuno e conveniente.

**Questão 26**

O Prefeito do Município X editou Decreto, publicado em 15 de dezembro de determinado ano, corrigindo o valor venal dos imóveis de acordo com os índices inflacionários anuais de correção monetária, para fins de cobrança do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Sobre a hipótese, é correto afirmar que esse Decreto:

- a) Não afronta o Princípio da Legalidade, pois a majoração do IPTU dispensa a edição de lei em sentido formal.
- b) Afronta o Princípio da Anterioridade Nonagesimal, pois é vedado exigir tributo antes de decorridos noventa dias da data em que tenha sido majorado.
- c) Não afronta o Princípio da Legalidade, pois a mera atualização monetária da base de cálculo do IPTU pode ser realizada por meio de decreto.
- d) Afronta o Princípio da Legalidade, pois a atualização monetária da base de cálculo do IPTU só pode ser realizada por meio de lei em sentido formal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

**Questão 27**

Determinada empresa pública estadual, prestadora do serviço público de fornecimento de energia elétrica para todo o estado, foi alvo de ação ordinária indenizatória, tendo sido proferida a sentença condenatória que, após recursos, transitou em julgado, impondo a ré a obrigação de pagar R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Diante dessa situação, é correto dizer que:

- a) os bens da empresa estatal poderão ser penhorados, pois apesar de ser uma pessoa jurídica de direito público os bens não estão cravados com a prerrogativa da impenhorabilidade.
- b) é aplicável o regime dos precatórios às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- c) o patrimônio das empresas estatais, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado, é constituído de modo geral por bens públicos.
- d) as empresas estatais estão submetidas ao regime das pessoas jurídicas de direito privado, motivo pelo qual seus bens jamais são submetidos ao regime de precatórios.

**Questão 28**

Na pandemia decorrente da covid-19, os agentes públicos têm adotado uma série de providências para enfrentar os problemas relacionados com a saúde da população e também para tentar minimizar os prejuízos econômicos ocasionados pela paralisação do comércio e dos serviços. Nesse cenário, o Governo do Estado Alfa pretende editar uma lei estadual para disciplinar regras específicas de responsabilização dos agentes públicos por atos relacionados com a pandemia da covid-19. Pelo projeto, o artigo 1º da referida Lei afirma que os agentes públicos somente poderão ser responsabilizados nas esferas civil e administrativa se agirem ou se omitirem com dolo ou erro grosseiro pela prática de atos relacionados, direta ou indiretamente, com as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19. O texto foi enviado à assessoria jurídica para elaboração de parecer, o qual deve informar corretamente que:

- a) A autoridade a quem compete decidir deve exigir que as opiniões técnicas em que baseará sua decisão tratem expressamente das normas e critérios científicos e técnicos aplicáveis à matéria, estabelecidos somente por organizações e entidades nacionalmente reconhecidas.
- b) Configura erro grosseiro o ato administrativo que ensejar violação ao direito à vida, à saúde, ao meio ambiente equilibrado ou impactos adversos à economia, por inobservância dos princípios da moralidade e eficiência.
- c) Constitui ato doloso o ato administrativo que ensejar violação ao direito à vida, à saúde, ao meio ambiente equilibrado ou impactos adversos à economia, por inobservância de normas e critérios científicos e técnicos.
- d) A autoridade a quem compete decidir deve exigir que as opiniões técnicas em que baseará sua decisão tratem expressamente da observância dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, sob pena de se tornarem corresponsáveis por eventuais violações a direitos.

**Questão 29**

O Ministério Público do Estado Beta descumpriu os limites de gastos com pessoal, motivo pelo qual a União proibiu o referido Estado de realizar operações de crédito e de receber transferências de recursos federais, com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do ente em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos, mas nada impede a inscrição quando a irregularidade é cometida por outros poderes.
- b) A imposição de sanções ao Executivo estadual em virtude de pendências dos Poderes Legislativo e Judiciário locais constitui violação do princípio da intranscendência, o que não ocorre com o Ministério Público estadual, por não configurar propriamente um poder.
- c) A imposição de sanções ao Poder Executivo estadual em virtude de pendências de órgãos dotados de autonomia institucional e orgânico-administrativa, inclusive do Ministério Público estadual, constitui violação do princípio da intranscendência, pois o Governo do Estado não tem competência para intervir na esfera orgânica dessa instituição autônoma.
- d) O Poder Executivo deve ser impedido de contratar operações de crédito em razão do descumprimento dos limites setoriais de despesa com pessoal, ainda que realizados por outros poderes e órgãos autônomos.

**Questão 30**

Márcio é fisioterapeuta concursado no pequeno município de Coração. Além disso, também exerce o cargo de professor universitário na mesma cidade, em uma entidade privada, no turno da noite. No ano de 2020, ele foi vencedor no pleito para o cargo de Vereador, o qual passou a exercer em 2021. Com receio de sofrer algum processo judicial, ele procurou você, na qualidade de advogado, para saber se é possível o exercício cumulativo das três atividades, considerando que a carga horária exigida para elas é compatível. Você deve informar corretamente que:

- a) Márcio deve se afastar da função de fisioterapeuta e de professor, exercendo apenas a vereança junto ao município, percebendo o salário desta última função.
- b) Márcio pode exercer as três atividades cumulativamente e auferir os três salários respectivos.
- c) Desde quando investido no mandato de Vereador, Márcio deveria ter se afastado das demais atividades, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) Márcio deve se afastar da função de professor, exercendo a vereança junto ao município, e percebendo o salário desta última função.



**Questão 31**

Em inquérito civil, promovido pelo Ministério Público do Estado Gama, ficou comprovado que o enfermeiro concursado na rede pública estadual de saúde, Rodrigo, adquiriu, para si, diversos bens móveis cujo valor era desproporcional à evolução da sua renda. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Rodrigo praticou ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, passível de ser sancionado com a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, se houver, e perda da função pública.
- b) Rodrigo praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, passível de ser sancionado com a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- c) Rodrigo praticou ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, passível de ser sancionado com suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- d) Rodrigo praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, passível de ser sancionado com a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

**Questão 32**

Luiz, servidor público federal, que acumula com cargo de professor, foi removido de um órgão público para outro, sendo este último muito mais distante de sua residência, o que o faz levar muito mais tempo no deslocamento e, por consequência, gerando incompatibilidade de horário entre os dois cargos públicos que exerce. Diante de tal situação, ele procurou você, na qualidade de advogado, pretendendo ingressar com recurso administrativo contra a decisão que o removeu. Você deve informar corretamente que:

- a) No recurso, poderá ser alegado somente as razões de legalidade, uma vez que o mérito é discricionário da administração pública.
- b) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
- c) Em regra, o recurso não tem efeito suspensivo, mas, havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá dar efeito suspensivo ao recurso.
- d) O não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.

**DIREITO AMBIENTAL**

Roserval Júnior

**Questão 33**

Prefeito de Araras deseja criar uma unidade de conservação de proteção integral com o objetivo básico de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Essa unidade será de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Diante dessas informações, a Unidade de Conservação a ser criada seria:

- a) um Parque Natural Municipal
- b) uma APA
- c) uma APP
- d) uma Reserva Legal

**Questão 34**

José, proprietário rural, foi orientado por seu advogado a fazer a inscrição do imóvel rural no CAR, a delimitar a área de reserva legal e a preservar as áreas de preservação permanente. A grande preocupação de José é com a proteção do curso d'água que corta a propriedade, pois ele utiliza a água na irrigação de uma horta orgânica. Sendo assim, ele buscou saber o que seria considerado uma Área de Preservação Permanente (APP) e quais as limitações impostas pela legislação ambiental. Segundo o novo Código Florestal Brasileiro, APP é definida como:

- a) área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- b) área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- c) área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.
- d) área explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**Questão 35**

Reinaldo adquiriu um imóvel, ainda na planta, da Construtora Ruinas. No contrato de compra e venda foi pactuada cláusula penal moratória de razoável. O imóvel deveria ter sido entregue em novembro de 2019, contudo, a Construtora Ruinas entregou o imóvel apenas em abril de 2021. Reinaldo, então, ingressou com uma ação de indenização, requerendo a aplicação da multa prevista na cláusula penal moratória, mais lucros cessantes. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Reinaldo deverá receber o valor da multa prevista na cláusula penal moratória e os lucros cessantes, pois a cláusula penal indeniza pelo cumprimento tardio da obrigação, ao passo que os lucros cessantes indenizam pelo que ele deixou de ganhar durante a mora da Construtora Ruinas em entregar o imóvel.
- b) Reinaldo não deverá receber ambos os valores, uma vez que a cláusula penal moratória fixada em valor razoável é inacumulável com lucros cessantes.
- c) Reinaldo somente poderia cumular a multa fixada na cláusula penal moratória com os lucros cessantes, caso fosse utilizar o imóvel para o seu local de trabalho.
- d) Reinaldo não poderá requerer a multa fixada na cláusula penal moratória nem os lucros cessantes, já que o imóvel foi entregue antes de doze meses do prazo fixado.

**Questão 36**

No dia 05 de abril de 2020, Roberta estava passeando pela calçada com seu cachorro de estimação, Relâmpago, quando foram atropelados por José. O motorista estava em alta velocidade, perdeu o controle do carro e invadiu a calçada. Relâmpago não resistiu aos ferimentos e faleceu logo em seguida. Roberta, ficou em estado grave, internada até o dia 15 de junho de 2020, tendo que amputar uma perna. No dia 23 de agosto de 2020, Roberta ingressou com uma ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos em desfavor de José. A sentença foi proferida no dia 16 de fevereiro de 2021. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) É possível a cumulação de danos morais e estéticos requeridos por Roberta. Ainda, no caso, a contagem dos juros de mora se iniciou no dia 05 de abril de 2020.
- b) Não é possível a cumulação de danos morais e estéticos, pois ambas as modalidades têm o mesmo fundamento. Ainda, no caso, a contagem dos juros de mora se iniciou no dia 05 de abril de 2020.
- c) É possível a cumulação de danos morais e estéticos requeridos por Roberta. Ainda, no caso, a contagem dos juros de mora se iniciou no dia 23 de agosto de 2020.
- d) Não é possível a cumulação de danos morais e estéticos requeridos por Roberta. Ainda, a contagem dos juros de mora se iniciou no dia 16 de fevereiro de 2021.

**Questão 37**

Clara cedeu, de forma gratuita, um notebook a Lucas, seu amigo. Lucas precisava do equipamento para se preparar, durante a pandemia, para prestar o Exame da OAB. Sobre o contrato em tela, é correto afirmar que

- a) Trata-se de um contrato de mútuo, pois o notebook é um bem móvel.
- b) Trata-se de um contrato de comodato, pois o notebook é infungível.
- c) Não se caracteriza como um contrato de comodato, uma vez que, foi realizado de forma gratuita.
- d) O contrato de comodato é apenas no caso de bens imóveis.

**Questão 38**

Ana possuía uma dívida com André de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Vinicius, filho de Ana, usava sempre um carro que estava em nome de sua mãe e, para que o bem não fosse penhorado, procurou André e quitou a dívida. Sobre o pagamento, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento realizado por André é ato jurídico em sentido estrito, sendo que o direito acolhe a manifestação de vontade e pré-determina os efeitos que ela terá. Tais efeitos são inafastáveis e invariáveis.
- b) O pagamento realizado por André é negócio jurídico, cuja manifestação de vontade não é apenas elemento do núcleo do suporte fático, mas se reconhece o poder de autorregulamento de, dentro de certos limites, modular os efeitos.
- c) O pagamento realizado por André é considerado ato-fato jurídico, no qual existe conduta humana, mas a vontade não é relevante.
- d) O pagamento realizado por André é considerado fato jurídico em sentido estrito, pois independe da conduta humana na composição do suporte fático.

**Questão 39**

João e Pedro, amigos desde infância, faleceram em um acidente de automóvel, não se podendo determinar o que faleceu primeiro. Sobre o caso, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se morto primeiro o mais velho.
- b) Deve-se reconhecer a comoriência, ou seja, a morte simultânea de ambos.
- c) É irrelevante constatar quem faleceu primeiro.
- d) Considera-se morto primeiro o mais jovem.

**Questão 40**

Mateus sofreu um acidente de automóvel que o deixou com inúmeras cicatrizes pelo rosto. Após a sua recuperação, Mateus procurou Fernando, um cirurgião plástico, para realizar uma cirurgia plástica reparadora. Após o procedimento cirúrgico, mesmo com todos os esforços de Fernando, Mateus não obteve o resultado esperado, ficando ainda com algumas cicatrizes. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta

- a) A obrigação de Fernando é de resultado, pois se trata de uma cirurgia estética reparadora. Portanto, o inadimplemento é automático com a ausência de cumprimento do objetivo proposto.
- b) A obrigação de Fernando é de resultado, mas somente seria considerado inadimplente em caso de dolo ou culpa.
- c) A obrigação de Fernando é de meio, sendo considerado adimplente mesmo não atingindo o resultado esperado.
- d) A obrigação de Fernando é de meio, sendo considerado inadimplente apenas em caso de dolo.

**Questão 41**

Maria, ainda muito jovem, faleceu em virtude de complicações decorrentes do coronavírus deixando vultuoso patrimônio. Maria não tinha filhos e era viúva, deixando apenas seus avós maternos, Otávio e Laura, e seu pai, Pedro. Sobre a divisão do patrimônio de Maria, assinale a alternativa correta

- a) O patrimônio de Maria será dividido em partes iguais entre Otávio, Laura e Pedro.
- b) O patrimônio será dividido em duas partes, metade para Pedro e a outra metade para Otávio e Laura, que herdaram por estirpe, representado a filha pré-morta, mãe de Maria.
- c) Pedro herdará setenta por cento dos bens e Otávio e Laura trinta por cento.
- d) Pedro herdará todos os bens de Maria.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**Questão 42**

Emanuel é casado com Ângela. Durante o casamento, a esposa concebeu três filhas: Emanuele, Camila e Renata. Junto com a família também moravam os pais de Ângela, que ajudavam nos cuidados com as netas. Passados vinte anos de casamento, o casal foi surpreendido com a notícia que Emanuel tinha um filho: Felipe. O jovem já contava com 25 anos quando descobriu que o pai, namorado de sua mãe na juventude, não havia saído da cidade. Considerando essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Emanuel só poderia reconhecer a filiação de Felipe em vida, não sendo possível fazê-lo após o falecimento do filho.
- b) Felipe poderia exercer o seu direito ao reconhecimento do estado de filiação a qualquer momento, pois é imprescritível, mas não poderia fazê-lo em face das filhas de Emanuel.
- c) Para que seja reconhecido como filho, Felipe só precisa do reconhecimento por parte de Emanuel, podendo fazê-lo em testamento, escritura ou outro documento público.
- d) Considera-se família natural a comunidade formada por Emanuel, Ângela, as filhas do casal e os pais de Ângela.

**Questão 43**

Anderson e Igor são irmãos com, respectivamente, 6 (seis) e 4 (quatro) anos de idade. Na escola, Igor participa de atividades recreativas, consegue ler pequenas palavras e escrever seu próprio nome. Anderson, um pouco mais velho, já faz provas de português, matemática e ciências. Como é um aluno dedicado, ficou muito triste com a nota 6,0 (seis) que recebeu e, por isso, decidiu questionar os critérios que a professora havia utilizado para elaborar e corrigir as provas. Considerando a situação narrada, pode-se afirmar corretamente:

- a) Anderson e Igor têm direito à educação, visando ao seu pleno desenvolvimento, sendo-lhes assegurado o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, e garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento pois estão na mesma etapa de ensino.
- b) Os pais de Anderson e Igor têm direito de conhecer o processo pedagógico, mas não participarão da definição das propostas educacionais, pois tal tarefa compete às instituições de ensino em conjunto com seu corpo docente, segundo as diretrizes estabelecidas por lei.
- c) Anderson, por ser uma criança de 6 (seis) anos de idade, não pode questionar os critérios avaliativos adotados pela professora, cabendo aos seus pais fazê-lo em representação.
- d) É dever do Estado assegurar aos irmãos, Anderson e Igor, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

Igor Maciel

**Questão 44**

Mateus celebrou um compromisso de compra e venda de bem imóvel com a construtora “Construx”, no qual constava que o preço seria pago por meio de financiamento a ser quitado em 60 prestações, e a falta de pagamento de quaisquer delas, desde que constituído em mora o comprador, implicaria em sua rescisão com a perda, em benefício do vendedor, do total das prestações anteriormente pagas. Após o pagamento de 6 parcelas, do total de 60, Mateus deixou de pagar as prestações, alegando atraso na entrega da obra e a impossibilidade de proceder ao registro do contrato no Cartório de Registro de Imóveis. A Construtora, então, ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com reintegração de posse, pelo inadimplemento do comprador, vindicando a perda de todas as parcelas pagas, a título de indenização pelo uso do imóvel durante tal período. Mateus procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) Não é possível pleitear a rescisão contratual juntamente com a reintegração de posse, pois a discussão refere-se ao direito de propriedade.
- b) Deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador, integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento.
- c) São anuláveis as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- d) As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a cinco por cento do valor da prestação.

**Questão 45**

A sociedade empresária “Rents Ltda” celebrou contrato de seguro empresarial com a seguradora “Guarda”, em que a cobertura estava relacionada a riscos sobre veículos deixados em seu estabelecimento comercial. Determinado dia, a empresa acionou o seguro porque um veículo de sua propriedade foi furtado. Contudo, a seguradora recusou-se a pagar a indenização alegando que houve um furto simples e que a apólice do seguro expressamente só cobre danos causados por “furto qualificado”. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A pessoa jurídica que contrata o seguro visando a proteção contra roubo e furto do patrimônio próprio dela e não o dos clientes que se utilizam dos seus serviços, não é considerada consumidora.
- b) Em adoção à Teoria finalista, o Código Consumerista não considera como consumidora a pessoa jurídica, ainda que utilize produto ou serviço como destinatária final.
- c) A cláusula securitária que garante a proteção do patrimônio do segurado apenas contra o furto qualificado não viola o dever geral de informação, uma vez que o significado e o alcance do termo “qualificado” pode ser retirado facilmente da legislação penal, de amplo acesso ao público em geral.

d) A circunstância de o risco segurado ser limitado aos casos de furto qualificado exige que a contratante saiba as diferenças entre uma e outra espécie de furto, conhecimento esse que, em razão da sua vulnerabilidade, presumidamente o consumidor não possui, motivo pelo qual há falha no dever geral de informação.

## DIREITO EMPRESARIAL

---

Alessandro Sanchez

### Questão 46

O Empresário Evandro Mesquita aliena todos os bens de seu principal estabelecimento na cidade de Sucuri. O adquirente, antes de realizar a assinatura do contrato nota que existem débitos com um de seus credores, e que o alienante deve 100.000,00 (cem mil reais) para uma fábrica de apagadores de luxo. Em vista da situação hipotética, assinale a afirmativa correta:

- a) O estabelecimento empresarial é compreendido por todo complexo de bens úteis ou não para o exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- b) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende, além dos requisitos legais ordinariamente exigidos em qualquer alienação de estabelecimento, do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- c) O Alienante pode alienar os bens independentemente de notificação aos credores, mas não pode fazer concorrência.
- d) O estabelecimento empresarial é composto por todos os bens da sociedade e dos sócios no caso de uma sociedade com responsabilidade ilimitada.

### Questão 47

Considerando a evolução histórica do direito empresarial, assinale a opção correta.

- a) A teoria dos atos de comércio foi adotada, inicialmente, nas feiras medievais da Europa pelas corporações de comerciantes que então se formaram.
- b) A edição do Código Francês de 1807 é considerada o marco inicial do direito comercial no mundo.
- c) A teoria da empresa adotada pelo atual Código Civil brasileiro é de origem Francesa.
- d) O Código Comercial Brasileiro sempre adotou a teoria dos atos de comércio de origem Italiana.



**Questão 48**

Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade rural se obriga mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

- a) A aludida sociedade poderá optar por qualificar-se sociedade simples, sujeita à inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou sociedade empresária, sujeita à inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) A sociedade deverá optar pelo registro empresarial.
- c) A sociedade não poderá optar pelo registro empresarial.
- d) A sociedade rural poderá optar pelo registro empresarial em uma das juntas comerciais estaduais ou pelo registro civil das pessoas jurídicas, desde que o tipo adotado seja de responsabilidade ilimitada.

**Questão 49**

Sergio Manoel era dono de um restaurante, exercendo pessoalmente sua administração. Sofre um acidente grave, automobilístico, que o leva a ser interditado para os atos da vida civil, mas insiste em continuar as atividades da empresa. Nessas condições pessoais,

- a) poderá fazê-lo, por meio de autorização judicial na qual se nomeará um curador e de natureza irrevogável, salvo prova de abuso de gestão.
- b) poderá fazê-lo, desde que por meio de representante ou devidamente assistido, sem interferência judicial, já que as obrigações legais passam a ser integralmente de seu representante.
- c) não poderá fazê-lo, por impedimento legal e, se o fizer, não responderá pelas obrigações contraídas, por sua incapacidade.
- d) poderá fazê-lo, desde que por meio de representante ou devidamente assistido, com precedente autorização judicial que examine as circunstâncias e riscos da empresa, bem como a conveniência em continuá-la.

**Questão 50**

Sobre os atos de competência do Registro Público de Empresas Mercantis (denominado atualmente Registro Empresarial), a cargo das Juntas Comerciais, assinale a afirmativa correta.

- a) O registro compreende a matrícula dos leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns-gerais, bem como o cancelamento dela.
- b) O arquivamento dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de associações, sociedades empresárias e cooperativas compete às Juntas Comerciais.
- c) A autenticação dos instrumentos de escrituração das sociedades empresárias, do empresário individual, registrado ou não, e dos agentes auxiliares do comércio é de responsabilidade das Juntas Comerciais.
- d) As Juntas Comerciais procederão ao assentamento dos usos e das práticas mercantis apenas quando houver provocação da Procuradoria ou de entidade de classe interessada.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

Ricardo Torques

**Questão 51**

Depois de um final de semana socialmente movimentado, Nayara estava acompanhando os stories dos amigos para ficar por dentro de tudo que havia ocorrido. Entre um clique e outro, Nayara se distraiu e colidiu com o carro de Pablo. Em caso de eventual ação indenizatória, qual deverá ser o foro competente para processar e julgar a ação?

- a) A ação deverá ser proposta obrigatoriamente no foro do domicílio do réu.
- b) Pablo deve ajuizar a ação indenizatória obrigatoriamente no foro do local do fato, que terá melhores condições para a eventual produção probatória.
- c) A ação poderá ser proposta no foro de domicílio de Pablo ou do local do fato.
- d) A ação deve ser proposta obrigatoriamente no foro de domicílio do autor.

**Questão 52**

João Pedro sempre foi muito distraído e esqueceu de juntar a procuração ao ajuizar a ação de um cliente. Nesse caso, podemos afirmar:

- a) Qualquer que tenha sido a postulação formulada por João Pedro será imediatamente indeferida pelo magistrado.
- b) Admite a prática, sem procuração, de atos considerados urgentes cabendo a João Pedro exibir o instrumento de mandato no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) O magistrado permitirá que João Pedro, independentemente do ato praticado, apresente a procuração no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.
- d) Por tratar-se de um esquecimento, sem qualquer intenção de causar prejuízo, o advogado não será responsabilizado, salvo quando atuar com dolo.

**Questão 53**

José Lucas sempre foi considerado um bom ouvinte e, assim, conseguia acolher as demandas dos amigos e oferecer soluções. Ao terminar o curso de Direito, José Lucas decide atuar como conciliador, sendo correto afirmar que:

- a) José Lucas não poderá sugerir soluções para as partes envolvidas no litígio, devendo favorecer para que compreendam as questões e os interesses em conflito para que cheguem, por si próprios, a soluções consensuais.
- b) O conciliador poderá sugerir soluções para o litígio e deverá atuar, preferencialmente, nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes.
- c) José Lucas, ainda que não cadastrado no sistema do tribunal, poderá ser escolhido pelas partes para atuar em litígio.
- d) O conciliador ficará impedido, pelo período de um ano, de atuar em qualquer causa na Comarca em que exerceu suas funções.

**Questão 54**

Buscando tornar o processo mais célere e previsível quanto à prática dos atos processuais, Gilberto e Sarah fixaram calendário de comum acordo. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) O calendário vinculará as partes, mas não atingirá o magistrado pois este goza de independência institucional.
- b) O calendário será formulado pelo juiz e pelas partes em comum acordo, vinculando todos os envolvidos no negócio jurídico processual.
- c) Os prazos estabelecidos no calendário poderão ser livremente modificados pelas partes em respeito à autonomia da vontade.
- d) Ainda que os prazos estejam previamente estabelecidos, o Código de Processo Civil exige que as partes sejam intimadas para a prática de atos processuais ou para a realização de audiência.

**Questão 55**

Marina e Cecília são litisconsortes em uma ação que envolve a revisão de um contrato milionário. As amigas decidem contratar escritórios de advocacia distintos pois acreditam que, desse modo, poderão ter uma defesa mais ampla e abrangendo pontos que, porventura, possam passar despercebidos por apenas um advogado. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Marina e Cecília não precisarão requerer ao juízo que seus prazos de manifestação sejam contados em dobro.
- b) As amigas, após o devido requerimento, gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações, inclusive em âmbito recursal.
- c) Deve-se conceder a dobra do prazo ainda que o processo tramite em autos eletrônicos.
- d) Ainda que a defesa seja oferecida apenas por Marina, Cecília continuará a gozar da contagem do prazo em dobro.

**Questão 56**

Gabriel Pé de Ouro, famoso jogador de futebol, foi condenado a pagar alimentos aos três filhos que teve com Priscila. Inconformado com o valor arbitrado na sentença, Gabriel apelou da decisão. Com base na situação narrada, pode-se afirmar:

- a) A apelação interposta por Gabriel Pé de Ouro suspendeu imediatamente os efeitos da sentença prolatada pelo magistrado.
- b) Eventuais questões de fato que não tenham sido suscitadas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação se Gabriel comprovar que deixou de fazê-lo por esquecimento.
- c) Quando interposta em razão de sentença que condena a pagar alimentos, a apelação não será dotada de efeito suspensivo *ope legis*, cabendo ao apelante requerer o efeito suspensivo ao relator do recurso, se este já tiver sido distribuído.
- d) Priscila deverá aguardar a decisão da apelação para que possa requerer o cumprimento provisório da sentença que condena ao pagamento de alimentos.

**Questão 57**

Uma grande empreiteira, em razão de inobservância dos termos contratuais, acabou sendo condenada a devolver todo o valor recebido para a recuperação e melhoria de uma grande rodovia. Buscando ganhar tempo e arrastar a ação ao longo do tempo, o advogado opôs embargos de declaração no prazo legal. Considerando o Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e, assim, suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.
- b) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e, quando manifestamente protelatórios, permitem que o juiz ou o tribunal condenem a empreiteira ao pagamento de multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.
- c) Os embargos de declaração poderão ser dotados de efeito suspensivo, se concedido pelo juiz ou relator, suspendendo o prazo para a interposição de novos recursos.
- d) Quando os embargos de declaração forem manifestamente protelatórios, o juiz ou o tribunal condenará a empreiteira a pagar ao embargado multa não excedente a dez por cento sobre o valor atualizado da causa.

**DIREITO PENAL**

Cristiano Rodrigues

**Questão 58**

Alessandro e Diego, moradores do mesmo condomínio, porém, sem saber da existência um do outro, no mesmo dia e horário atiram para matar Paulo que, em razão dos disparos, vem a falecer. Realizado o exame cadavérico, não se pôde constatar qual dos dois projéteis que atingiram Paulo fora responsável pelo resultado morte na vítima. Neste caso, Alessandro e Diego responderão:

- a) como coautores, ambos por homicídio doloso consumado.
- b) como autores colaterais, ambos pelo crime de homicídio doloso consumado.
- c) como autores colaterais, ambos pelo crime de homicídio doloso tentado
- d) como autores independentes, por homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

**Questão 59**

Alberto, devido às circunstâncias em que se encontra, supõe que se encontra em situação de perigo para sua vida, por achar que um cachorro de grande porte, que tinha se soltado da coleira de seu dono, iria atacá-lo. Porém, após matar o animal com dois tiros, descobriu com o dono que se tratava de um animal extremamente manso. Ao matar o cachorro pensando estar se defendendo, Alberto atua em hipótese que a doutrina chama de:

- a) erro de tipo incriminador por estado de necessidade putativo.
- b) erro de tipo permissivo por legítima defesa putativa.
- c) erro de proibição por estado de necessidade putativo.
- d) erro de tipo permissivo por estado de necessidade putativo.

**Questão 60**

Pedro obrigou Juliana, com idade de 15 anos a praticar com ele sexo oral e anal, ameaçando-a com uma arma de fogo. Ao final das crueldades, Pedro levou Juliana até a beira de um rio, amarrou seu corpo em uma pedra e a atirou no rio para que morresse afogada e não pudesse noticiar o fato à polícia. Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) por Pedro?

- a) Estupro de vulnerável seguido de morte (crime preterdoloso).
- b) Estupro simples e homicídio doloso em concurso material.
- c) Estupro de vulnerável e homicídio qualificado em crime continuado.
- d) Estupro de simples qualificado pelo homicídio doloso,

**Questão 61**

Rodrigo esgota, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance para consumir um homicídio disparando toda a munição de sua arma de fogo contra seu desafeto Mario, e acreditando que a vítima estava morta abandona o local, porém, a morte não havia ocorrido e a própria vítima consegue se dirigir para um hospital próximo onde é salva. Esta situação pode ser denominada de :

- a) Tentativa imperfeita ou imprópria .
- b) Tentativa abandonada
- c) Tentativa perfeita ou crime falho
- d) Tentativa branca ou incruenta .

**Questão 62**

Andreza, desejando um novo telefone celular, pede à seu marido que lhe dê a quantia de R\$ 4.000,00 para adquirir o produto, sendo o pedido negado. Sem possuir condições de comprar o produto, Andreza em certo dia arranca uma folha do talão de cheques de seu marido enquanto este dormia, falsifica a sua assinatura e usa o título para adquirir o desejado telefone. Você, chamado para atuar como advogado (a) nesta situação, deverá explicar a autora do fato que ela:

- a) estará sujeita a uma pena de detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, pois praticou o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- b) estará sujeita a uma pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa, pois praticou o crime de falsificação de documento particular.
- c) estará sujeita a uma pena de reclusão de um a três anos, e multa, pois praticou o crime de falsidade ideológica em documento particular.
- d) Não está sujeita a pena alguma.

**Questão 63**

Fernando é preso em flagrante pela prática do crime de homicídio simples (Art. 121 caput do CP). Posteriormente, durante o processo se descobre que há 2 inquéritos policiais concluídos em que Fernando foi indiciado pela prática de dois crimes de roubo, além de um outro processo já com sentença condenatória, e que está em fase de recurso interposto pela defesa, por um outro crime de homicídio praticado há dois anos. De acordo com os dados acima e com base na jurisprudência dos tribunais superiores, pode-se afirmar que:

- a) Fernando ao ser condenado pelo homicídio terá maus antecedentes considerados na sua pena, em face da sentença condenatória anterior quanto ao crime de furto.
- b) Fernando ao ser condenado pelo homicídio será considerado reincidente em razão da sentença condenatória do outro crime de homicídio anteriormente praticado.

- c) Fernando será condenado neste novo crime de homicídio como réu primário, sem qualquer aumento de pena por antecedentes ou reincidência relacionado aos crimes anteriores.
- d) Felipe terá maus antecedentes em relação aos inquéritos por roubo, e será considerado reincidente, em face da sentença condenatória anterior no primeiro crime de homicídio .

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

---

Ivan Marques

### Questão 64

Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado:

- a) mediante requisição do Ministério Público.
- b) mediante requerimento da autoridade judicial.
- c) exclusivamente de ofício pelo delegado.
- d) mediante requisição do ofendido por meio de *notitia criminis*.

### Questão 65

Romualdo, promotor de justiça, recebeu 4 inquéritos policiais relatados no mesmo dia. Ao analisar o cabimento ou não do acordo de não persecução penal - ANPP, o representante do *Parquet*

- a) poderá propor o acordo para Fábio, primário, acusado da prática de contravenção penal.
- b) poderá propor o acordo para Carla, em seu terceiro inquérito, em poucos meses, por contrabando.
- c) poderá propor o acordo para Luciano, beneficiado anteriormente com suspensão condicional do processo, há 7 anos.
- d) poderá propor o acordo para Alessandra, reincidente no crime de furto.

### Questão 66

Pedro descobre, dias antes de seu casamento, que a sua noiva Patrícia é, na verdade, sua irmã por parte de pai. Para não perder o casório, pago com muita dificuldade, esconde da noiva essa situação e leva o casamento adiante. Ao descobrir o dolo de Pedro, já na lua de mel, Patrícia denuncia o marido pelo crime de ocultação de impedimento matrimonial. A respeito dessa situação, responda:

- a) Caso Patrícia venha a falecer, seus ascendentes poderão oferecer queixa-crime em seu lugar.
- b) Patrícia, após denunciar Pedro para a polícia, não poderá voltar atrás e renunciar ao direito de queixa.
- c) Pedro tem o direito de ocultar essa informação de Patrícia pelo fato de ter tido muitos gastos com a preparação do casamento.
- d) A morte de Patrícia, após o recebimento da queixa-crime pelo magistrado, impede que a ação penal continue tramitando.

**Questão 67**

Qual das alternativas abaixo apresenta uma pergunta feita para testemunhas em audiência que não poderá ser indeferida pelo juiz:

- a) se a pergunta for formulada para induzir a resposta.
- b) se a pergunta for formulada diretamente pela parte.
- c) se a pergunta for formulada e não tiver relação com a causa.
- d) se a mesma pergunta já foi respondida anteriormente.

**Questão 68**

Qual dos recursos abaixo não possui juízo de retratação:

- a) Carta testemunhável.
- b) Apelação no rito especial do JECRIM.
- c) Agravo em execução.
- d) Recurso em sentido estrito.

**Questão 69**

Luiz, vítima de tentativa de latrocínio (roubo com resultado morte), chega para a audiência de instrução e julgamento no Fórum e pergunta para Cléber, servidor público responsável pela pauta das audiências, se ele poderia ser ouvido por último. O funcionário, sabendo da ordem das oitivas, deverá responder que:

- a) o ofendido será ouvido após o interrogatório do réu.
- b) o ofendido será ouvido após as testemunhas de acusação.
- c) o ofendido será ouvido após o perito.
- d) o ofendido será o primeiro a ser ouvido.



**DIREITO DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 70**

Na empresa XPTO, o empregador se deparou com algumas situações: Priscileine engravidou no curso do contrato de trabalho; Abelardo foi eleito suplente de dirigente sindical; e Josefa foi indicada como representante do empregador na CIPA.

Considerando os ditames legais, é correto afirmar que:

- a) Todos os empregados possuem estabilidade provisória.
- b) Somente Priscileine e Abelardo terão garantia no emprego.
- c) Abelardo não possui garantia no emprego por tratar-se de suplente.
- d) Somente Priscileine possui estabilidade provisória.

**Questão 71**

Pedrinho foi contratado como trabalhador intermitente e, mediante convocação pela empresa “X”, aceitou laborar em determinado sábado do mês de junho. Contudo, no dia designado, não compareceu para cumprir com as suas atribuições, já pactuadas.

Acerca da penalidade que poderá ser aplicada a Pedrinho, assinale a alternativa correta.

- a) O empregador poderá apenas advertir ou suspender o empregado por tal evento isolado.
- b) O empregador poderá aplicar ao empregado multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida.
- c) O empregador poderá aplicar ao empregado multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, caso se trate de trabalhador hipersuficiente.
- d) O empregador poderá advertir e multar o empregado na razão de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida.

**Questão 72**

Em maio de 2021, a empresa “BBB” contratou Bastião para trabalhar em determinado cargo vago no setor de vendas. Contudo, depois de 6 meses de labor, Bastião tomou conhecimento do salário de seu antecessor, Marquinhos, e queixou-se ao setor de Recursos Humanos, já que o seu salário era metade daquele percebido por Marquinhos.

De acordo com o entendimento consolidado pelo TST, é correto afirmar que:

- a) Bastião possui direito a 60% do salário do antecessor, no mínimo.
- b) O empregado tem direito a equiparação salarial, já que se trata de igual função.
- c) Bastião possui direito a 80% do salário do antecessor, no mínimo.
- d) Bastião não possui direito ao salário de seu antecessor, pois se tratava de cargo vago.

**Questão 73**

Ferdinando foi dispensado sem justa causa, e pactuou com o empregador o pagamento das horas reduzidas de sua jornada de trabalho, durante o aviso prévio. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) É possível substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento dobrado das horas correspondentes.
- b) É possível substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, quando consentido expressamente pelo empregado e houver o pagamento das horas correspondentes.
- c) É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
- d) É lícito substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, quando se tratar de hipersuficiente.

**Questão 74**

João, 16 anos, foi contratado para prestar serviços como caseiro, três vezes por semana, na Fazenda da Família Garcia. Acerca do contrato de trabalho pactuado com o empregado, é correto afirmar que:

- a) O contrato é válido, já que João possui a idade mínima para a contratação.
- b) João poderá ser enquadrado como autônomo, segundo os ditames trabalhistas.
- c) Trata-se de modalidade de trabalho proibido, já que o doméstico apenas poderá ser contratado com dezoito anos.
- d) O empregado poderá laborar em período noturno, quando perceberá o devido adicional.

**Questão 75**

Joana trabalha para o empregador “XPZ” na função de assistente jurídica, enquanto o seu filho, Márcio, 16 anos, labora como atendente ao mesmo empregador.

Acerca do direito às férias de Joana e Márcio, assinale a alternativa correta.

- a) Joana e Márcio terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.
- b) O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, se disto não resultar prejuízo para o serviço.
- c) O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, se laborar na condição de aprendiz.
- d) Joana e Márcio terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se não houver qualquer oposição pelo empregador.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 76**

Questão 76 - Em sede de audiência inaugural, a reclamada propôs um acordo de 20 mil reais ao reclamante, o qual aceitou prontamente, já que estava desempregado e em condições de miserabilidade.

Entretanto, o magistrado recusou-se a homologar o acordo naqueles termos.

Na condição de advogado(a) do reclamante, assinale a alternativa que contempla a medida processual cabível, diante da decisão do magistrado:

- a) Recurso Ordinário.
- b) Mandado de Segurança.
- c) Agravo de Petição.
- d) É incabível qualquer medida judicial.

**Questão 77**

Minerva, gerente em uma Multinacional, percebia remuneração no importe de R\$ 20.000,00 ao mês. Após a rescisão de seu contrato de trabalho, ajuizou Reclamação Trabalhista e requereu diversas verbas trabalhistas.

No entanto, Minerva não compareceu à audiência inicial, tendo, por consequência, o arquivamento da ação, e a sua condenação ao pagamento das custas processuais.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Minerva deverá recorrer do valor aplicado, uma vez que foi superior à previsão legal de duas vezes o teto do regime geral da previdência social.
- b) Minerva deverá efetuar o pagamento de 50% das custas fixadas, ficando o restante a cargo da empresa Reclamada.
- c) Minerva deverá efetuar o recolhimento das custas processuais, como condição para propositura de nova demanda ou apresentar justificativa no prazo de 15 dias.
- d) Minerva não deverá efetuar o recolhimento das custas fixadas, caso seja beneficiária da justiça gratuita.

**Questão 78**

A Entidade Filantrópica “Luz do Amanhã” foi condenada subsidiariamente a pagar diversas verbas trabalhistas nos autos de determinado Processo Trabalhista. Contudo, em sede de cumprimento de sentença, a execução foi direcionada contra a Entidade, que agora pretende questionar o valor da dívida.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A Entidade Filantrópica poderá se valer de embargos à execução, somente após a garantia do juízo.
- b) A CLT não permite que a Entidade Filantrópica, por ser devedora subsidiária, oponha embargos à execução.
- c) A garantia do juízo para opor embargos à execução é desnecessária, por se tratar de Entidade Filantrópica.
- d) A Entidade Filantrópica, por ser equiparada a ente público, terá prazo em dobro para opor embargos à execução.

**Questão 79**

Ana trabalhou na casa de Rogério como cuidadora de sua mãe. Após o falecimento de sua genitora, não necessitando mais dos serviços prestados, Rogério rescindiu o contrato de trabalho com Ana, pagando todas as verbas devidas.

Inconformada com a dispensa, Ana ingressou com Reclamação Trabalhista, a qual foi julgada totalmente procedente. Irrresignado, o advogado de Rogério interpôs Recurso Ordinário, recolhendo 50% do valor do depósito recursal, de forma que o juízo “a quo” denegou seguimento ao recurso, por entendê-lo deserto.

Diante dos fatos narrados, a decisão do magistrado:

- a) Está incorreta, pois a legislação trabalhista determina que o valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- b) Está correta, eis que o depósito recursal é pressuposto de admissibilidade recursal e a legislação não diferencia seus valores.
- c) Está incorreta, pois o empregador doméstico é isento de depósito recursal.
- d) Está correta, devendo ser aplicada a deserção mesmo que a diferença entre o valor depositado e o valor devido fosse ínfima.

**Questão 80**

Maria teve a sua casa penhorada nos autos de uma Ação Trabalhista movida por Pedro Paulo em face da Empresa “Thiago Lifer” Ltda. Inconformada com a situação, Maria procurou um advogado para tentar uma solução acerca do ocorrido, no intuito de conseguir a liberação de seu bem imóvel, tendo em vista que nunca fez parte dos quadros da sociedade empresária e, tampouco, conhecia os seus sócios.

Como advogado(a) de Maria, assinale a medida judicial adequada à situação fática retratada.

- a) Reintegração de Posse.
- b) Imissão na Posse.
- c) Exceção de Pré-Executividade.
- d) Embargos de Terceiro.



# Estratégia

OAB

## ***Conheça nossos cursos:***

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>



## ***Conheça nosso Sistema de Questões!***

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>